

Quinta-feira, 16 de Setembro de 2004 - Estrasburgo

Navio holandês da associação "Women on Waves"

Gomes (PSE). - Senhor Presidente, o combate ao terrorismo e à criminalidade organizada deveria ser hoje uma prioridade para qualquer governo europeu. Dar prioridade significa afectar todos os meios disponíveis, policiais, de investigação, de intelligence e reservar as capacidades dos meios judiciais para actuarem com rapidez e eficácia.

A Comissão recomenda que os Estados-Membros potenciem todos os meios para esse combate. Apesar da notória escassez de recursos, o Estado português vem desviando meios importantes de investigação e judiciais, direccionando-os para outro objectivo: a punição do aborto ilegal. A polícia portuguesa efectua escutas telefónicas a pacatas cidadãs, aos seus familiares ou a profissionais médicos suspeitos. Gasta anos a vigiá-los e a persegui-los, gastam-se anos de trabalho dos agentes de justiça num sistema já sobrecarregado, sem pessoal e com instalações e equipamentos degradados a julgar mulheres acusadas de aborto. Gasta-se o dinheiro dos contribuintes em investigações criminais sobre actos médicos que as mulheres portuguesas podem ir praticar a Espanha, em toda a segurança e legalidade. Operações que as mulheres que podem pagar fazem em clínicas privadas portuguesas disfarçadas como outras intervenções cirúrgicas, operações que muitas mulheres, as que não podem pagar, estão condenadas a fazer clandestinamente, correndo perigo de vida, sujeitas a serem logo detidas e conduzidas pela polícia a hospitais para exames ginecológicos forçados e depois a julgamentos humilhantes.

Mas a hipocrisia assumiu agora novos delírios, com a negação da entrada ao barco da associação "Women on Waves", pela qual o Governo português, o governo deixado em Portugal pelo Senhor Barroso, procurou impedir a informação e o debate sobre o planeamento familiar numa clara violação dos direitos fundamentais, do direito internacional e do direito comunitário e afectou a isso meios totalmente desproporcionados, meios policiais e até militares, não hesitando em empregar navios de guerra. Meios desviados assim, uma vez mais, do combate central - o combate contra o terrorismo internacional e a criminalidade organizada, por exemplo -, desviando-os da vigilância de embarcações usadas no tráfico de droga que sulcam águas portuguesas para penetrar em toda a Europa.

Eu peço à Comissão que, nas explicações que vai pedir ao Governo português, como referiu a Comissária Wallström, e eu saúdo-a, além dos ângulos que ela mencionou não ignore a utilização injustificada, excessiva e quase obsessiva do Governo português de meios de investigação criminal, judiciais e até militares no combate ao aborto e à informação sobre o planeamento familiar subtraindo-os aos recursos e aos esforços que Portugal deveria garantir para a política de prevenção criminal da União Europeia na luta comum contra o terrorismo internacional e a criminalidade organizada.